

REVOGADO



Superior Tribunal de Justiça

PORTARIA N.º 49, DE 9 DE ABRIL DE 2008

Regulamenta no âmbito do Superior Tribunal de Justiça o programa de reciclagem anual destinado aos ocupantes de cargos com atribuições relacionadas às funções de segurança, de que trata o art. 17, § 3º, da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da competência conferida pelo art. 94, inciso IX, alínea *b*, do Regulamento da Secretaria e tendo em vista o que consta no art. 17, § 3º, da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, no art. 3º do Anexo III da Portaria Conjunta nº 1, de 7 de março de 2007, e no art. 4º, inciso VI, do Anexo III da Portaria Conjunta nº 3, de 31 de maio de 2007, do Supremo Tribunal Federal e Tribunais Superiores, e no Processo STJ nº 1.561/2008,

RESOLVE:

Art. 1º O programa de reciclagem anual dos servidores ocupantes dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário – Área Administrativa, Especialidade: Segurança, observará o disposto nesta Portaria.

§ 1º O programa deverá contemplar ações de capacitação constituídas de cursos nas seguintes áreas:

- a) serviços de inteligência;
- b) segurança de dignitários, patrimonial, da informação e de pessoas; e
- c) direção defensiva;

§ 2º Os cursos terão duração de, no mínimo, 30 horas de aula anuais e incluirão teste de condicionamento físico.

Art. 2º É obrigatória a participação do servidor no programa de reciclagem anual, sob pena de cancelamento da gratificação.

Art. 3º Para a execução do programa poderá ser firmado convênio ou contrato com academias de formação, escolas e centros de treinamento, públicos ou privados.

Art. 4º As ações de capacitação do programa serão realizadas anualmente, nos seguintes períodos:

I – no mês de maio, para os servidores que completarem interstício até 31 de março;

II – no mês de novembro, para os servidores que completarem interstício até 30 de setembro.

§ 1º. O interstício terá a duração de trezentos e sessenta e cinco dias, contados do início do exercício no cargo, sem nenhuma dedução, suspendendo-se a contagem de tempo nas hipóteses em que o servidor deixar o exercício do cargo em virtude de:

I – suspensão disciplinar não convertida em multa;

II – licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração;

III – licença para tratar de interesses particulares;

IV – afastamento para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere, com perda total da remuneração;

V – afastamento para exercício de mandato eletivo, exceto quando, havendo compatibilidade de horários, o servidor continuar a exercer as atribuições do cargo;

VI – participação em curso de formação decorrente de aprovação em concurso público para outro cargo na administração pública federal;

VII – prisão não decorrente de decisão judicial definitiva;

VIII – licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro por prazo indeterminado, sem remuneração;

IX – licença para atividade política;

X – licença para desempenho de mandato classista;

XI – afastamento para estudo ou missão no exterior;

XII – afastamento (sem ônus para o Tribunal) com perda de remuneração, exceto para exercício de cargo em comissão ou função comissionada.

§ 2º Será retomada a contagem de tempo para completar o interstício, aproveitando-se o tempo anterior à suspensão, na data da reassunção do exercício do cargo.

§ 3º Ocorrerá interrupção na contagem de tempo nos casos de condenação a pena privativa de liberdade por decisão judicial definitiva, reiniciando-se o cômputo, desprezado o tempo que precedeu a interrupção, a partir da data de reassunção do exercício do cargo.

Art. 5º A unidade de gestão de pessoas informará à área de segurança, a cada ano, até 15 de abril e 15 de outubro, os servidores que completaram interstício e que deverão participar das ações de capacitação nos meses de maio e novembro, respectivamente.

Art. 6º As ações de capacitação, em cada período, abrangerão, no mínimo, duas áreas dentre as especificadas no § 1º do art. 1º.

Art. 7º A participação do servidor no programa será dispensada ou interrompida nas seguintes hipóteses:

I – suspensão disciplinar não convertida em multa;

II – licença para tratar de interesses particulares;

III – afastamento para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere;

IV – afastamento para exercício de mandato eletivo, exceto quando, havendo compatibilidade de horários, o servidor continuar a exercer as atribuições do cargo;

V – participação em curso de formação decorrente de aprovação em concurso público para outro cargo na administração pública federal;

VI – prisão não decorrente de decisão judicial definitiva;

VII – licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro por prazo indeterminado;

VIII – licença para atividade política;

IX – licença para desempenho de mandato classista;

X – afastamento para estudo ou missão no exterior;

XI – afastamento (sem ônus para o Tribunal) com perda de remuneração, exceto para exercício de cargo em comissão ou função comissionada.

XII – licença para tratamento da própria saúde ou por motivo de doença em pessoa da família, por período superior a 20% da carga horária destinada ao curso;

XIII – cessão, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e

XIV – licença à gestante, à adotante e à paternidade.

Parágrafo único. Na hipótese de licença para acompanhar cônjuge por prazo indeterminado, com exercício provisório, o servidor poderá participar do programa na sede do STJ ou no órgão em que estiver lotado, a critério da Administração.

Art. 8º No caso de dispensa ou de interrupção de que trata o art. 7º, o servidor fica obrigado a participar das ações de capacitação do programa no período subsequente ao retorno às atividades.

Art. 9º Será considerado aprovado o servidor que obtiver 50 por cento de aproveitamento no curso em que foi inscrito.

Art. 10 O servidor reprovado terá o pagamento da Gratificação de Atividade de Segurança cancelado a partir do mês subsequente ao da publicação do resultado no Boletim de Serviço.

Parágrafo único. O servidor reprovado fica obrigado a participar das ações de capacitação do programa a serem realizadas no período subsequente, conforme previsão

REVOGADO

constante do art. 4º. Caso aprovado, o pagamento da gratificação será restabelecido a partir do mês subsequente ao da publicação do resultado no Boletim de Serviço.

Art. 11 O programa de reciclagem anual de que trata esta Portaria será implantado a partir de 2008.

Art. 12 Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral.

Art. 13 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço.

Shyrlei Maria de Lima